



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 71, DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 523, de 2019, que Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Salvaguardas Tecnológicas Relacionadas à Participação dos Estados Unidos da América em Lançamentos a partir do Centro Espacial de Alcântara, assinado em Washington, em 18 de março de 2019.

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad
RELATOR: Senador Roberto Rocha

12 de Novembro de 2019



PARECER N° , DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 523, de 2019, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Salvaguardas Tecnológicas Relacionadas à Participação dos Estados Unidos da América em Lançamentos a partir do Centro Espacial de Alcântara, assinado em Washington, em 18 de março de 2019.*

SF/19519.05633-23

RELATOR: Senador **ROBERTO ROCHA**

I – RELATÓRIO

Vem para análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 523, de 2019, cuja ementa está acima epigrafada.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 208, de 23 de maio de 2019, submeteu-se ao crivo do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América (EUA) sobre Salvaguardas Tecnológicas Relacionadas à Participação dos Estados Unidos da América em Lançamentos a partir do Centro Espacial de Alcântara, assinado em Washington, em 18 de março de 2019.

A exposição de motivos, subscrita pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores, da Defesa e da Ciência, Tecnologia, Inovações e



Comunicações, destaca, de início, que as negociações foram conduzidas, de maneira conjunta, pelos respectivos Ministérios.

O documento esclarece, ainda, que o acordo resultante tem por objetivo “contribuir para tornar comercialmente viável o Centro Espacial de Alcântara, no Maranhão, para lançamentos de objetos espaciais, além de incrementar os laços de entendimento e cooperação entre os dois países signatários.”

O texto ministerial ressalta, também, a predominância de componentes tecnológicos nos objetos da indústria aeroespacial cujas patentes pertencem aos Estados Unidos ou a seus nacionais. Esse contexto, informa a exposição de motivos, torna necessária a aprovação do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) com os EUA tanto para assegurar a proteção dessas tecnologias quanto para viabilizar o uso comercial do Centro Espacial de Alcântara (CEA) com vistas à geração de divisas para o desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (PEB).

O tratado em questão é composto de 10 artigos. O primeiro dispõe sobre o objetivo do Acordo: evitar o acesso ou a transferência não autorizada de tecnologias relacionadas com o lançamento a partir do CEA.

Na sequência, o Artigo II cuida das definições. Assim, estabelece o que se entende, para fins do Acordo, pelas seguintes expressões: veículos de lançamento dos EUA (inciso 1), espaçonaves dos EUA (inciso 2), espaçonaves do Brasil (inciso 3), veículos de lançamento estrangeiros (inciso 4), espaçonaves estrangeiras (inciso 5), equipamentos afins (inciso 6), dados técnicos (inciso 7), atividades de lançamento (inciso 8), planos de controle de transferência de tecnologia (inciso 9), licenciados norte-americanos (inciso 10), participantes norte-americanos (inciso 11), licenciados brasileiros (inciso 12), representantes brasileiros (inciso 13), áreas restritas (inciso 14) e áreas controladas (inciso 15).

O Artigo III trata dos denominados dispositivos gerais. Nesse sentido, o preceito cuida, entre outros, da necessidade de o Brasil não permitir o lançamento desde o CEA de espaçonaves ou veículos de lançamento de propriedade ou sob o controle de países que estejam sujeitos a sanções estabelecidas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas ou tenham governos repetidamente provido apoio a atos de terrorismo internacional. O artigo determina, por igual, que o Brasil, em atenção às suas obrigações no tocante aos arranjos e acordos internacionais sobre não proliferação de que seja parte, não irá admitir, salvo entendimento entre as



Partes, o ingresso de equipamentos, tecnologia, mão de obra ou recursos financeiros no CEA provenientes de países que não sejam membros do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MCTR, sigla em inglês).

O texto do artigo estabelece, além disso, que o Brasil poderá utilizar os recursos financeiros obtidos por intermédio das atividades de lançamento para o desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro, mas não poderá fazê-lo para aquisição, desenvolvimento, produção, teste, emprego ou utilização de sistemas da Categoria I do MCTR.

SF/19519.05633-23

Em continuação o Artigo IV aborda o tema do controle de veículos de lançamento dos EUA, bem como espaçonaves desse país além de equipamentos afins e dados técnicos. O dispositivo se ocupa, entre outras coisas, das licenças de exportação; da necessidade de se impedir o acesso desacompanhado ou não monitorado de pessoas não autorizadas; da necessidade de os Licenciados de ambas as Partes firmarem um Plano de Controle de Transferência de Tecnologia; das hipóteses de revogação ou suspensão de licença(s) de exportação pelas Partes.

O Artigo V, por sua vez, dispõe sobre dados técnicos autorizados para divulgação. A regra é a de não se permitir a divulgação de informações referentes aos veículos lançadores, espaçonaves, equipamentos e afins dos EUA. O texto estabelece, entretanto, que o governo dos EUA deverá assegurar que sejam fornecidas ao governo brasileiro informações relacionadas à presença de material radioativo ou de qualquer substância definida como potencialmente danosa ao meio ambiente ou à saúde humana, de acordo com as leis, regulamentos e políticas da República Federativa do Brasil (inciso 4). Para além disso, o governo dos Estados Unidos deverá assegurar, também, que sejam fornecidos ao governo brasileiro os parâmetros orbitais básicos e as funções gerais de espaçonaves dos EUA lançados do CEA (inciso 5). Por fim, o dispositivo determina a necessidade de se manusear e salvaguardar quaisquer informações militares classificadas, obtidas por conta de atividades realizadas em conformidade com o tratado em análise, tendo em consideração a legislação aplicável e o Acordo bilateral Relativo a Medidas de Segurança para a Proteção de Informações Militares Sigilosas, que foi incorporado ao nosso ordenamento jurídico por meio do Decreto nº 8.694, de 21 de março de 2016.

Os controles de acesso dos Licenciados envolvidos com as atividades de lançamento nas áreas controladas, restritas ou em outros locais do CEA estão contemplados, de forma pormenorizada, no Artigo VI, que também determina a



necessidade de utilização de identificação durante a execução de funções relacionadas com as atividades de lançamento.

Na sequência, o Artigo VII versa, de maneira detalhada, sobre procedimentos operacionais, incluindo os preparativos no CEA e os trâmites de pós-lançamento. Assim, por exemplo, o preceito determina que, na hipótese de requisição pelo governo brasileiro, os contêineres devidamente lacrados que transportem veículos, espaçonaves, equipamentos afins ou dados técnicos dos EUA somente deverão ser abertos para inspeção, enquanto estiverem em nosso território por participantes norte-americanos na presença de autoridades devidamente acreditadas pelo governo do Brasil (alínea B). Além disso, a norma em consideração estabelece que os participantes estadunidenses estão sujeitos ao controle de imigração e alfândega brasileiros, conforme os procedimentos estabelecidos pelas leis e regulamentos locais (alínea D).

O Artigo VIII cuida do atraso, cancelamento ou falha de lançamento. O Acordo estipula, por igual, sobre sua implementação (Artigo IX). O dispositivo determina, ainda, que qualquer controvérsia entre as Partes será solucionada por consultas por meio de canais diplomáticos. O derradeiro artigo se ocupa da entrada em vigor, da possibilidade de emendas e de denúncia. Esta poderá ser formulada por qualquer das Partes após o decurso do prazo de um ano a partir da data da notificação por escrito à outra Parte de sua intenção em denunciá-lo (Artigo X, inciso 3). O preceito determina, por fim, que as obrigações concernentes à segurança, à divulgação e ao uso de informações, bem como restituição de veículos, espaçonaves, equipamentos afins e/ou dados técnicos deverão continuar a ser aplicadas mesmo após a eventual expiração do Acordo.

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados, a matéria foi encaminhada para esta Casa e despachada para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde me coube a relatoria.

Não foram recebidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE



SF/19519.05633-23

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103 I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

No tocante ao Acordo, inexistem defeitos em relação à sua juridicidade. Não há, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição uma vez que ela observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal (CF).

No mérito, o texto acordado está em consonância com os anseios da comunidade científica nacional, com as aspirações do meio acadêmico brasileiro afeto ao tema, com os interesses da Força Aérea Brasileira, com o entusiasmo do setor aeroespacial do país e, de modo destacado, com o impulso do povo brasileiro sobretudo dos meus coestaduanos. Isso porque todos os mencionados se beneficiarão, de tal ou qual maneira, do Acordo em análise.

Lamento, tão só, que tratado semelhante celebrado em 2000, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, não tenha prosperado na Câmara. Perdemos dezenove anos de experiência e de recursos. Sobressaíram, na altura, argumentos contrários com viés ideológico. E, no ponto, convém lembrar que a ideologia pura diminui a capacidade de análise. Tanto assim, que o Congresso Nacional aprovou naquela oportunidade acordo virtualmente idêntico com a Ucrânia e que, até os dias de hoje, não resultou em nada de concreto.

Destaco, ainda, que os Estados Unidos da América mantêm acordos de salvaguardas tecnológicas da mesma natureza, entre outros, com China (1993), Índia (2009), Nova Zelândia (2016) e Rússia (2007). Creio desnecessário lembrar que todos esses países têm suas inclinações políticas. Eles, no entanto, conseguem abstrair suas preferências ideológicas do momento em prol dos objetivos maiores do país. Assim, qualquer analista honesto do mercado aeroespacial perceberá que os EUA são os detentores da imensa maioria das patentes relacionadas com o lançamento de satélites. Estima-se que quase 80% dos equipamentos espaciais do mundo possuem algum componente norte-americano. Para além disso, eles são os maiores lançadores de um mercado estimado anualmente em 350 bilhões de dólares estadunidenses. Compreende-se, pois, os motivos pelos quais China, Índia e Rússia têm AST com os EUA.



Entre nós segue havendo um grupo de intérpretes que tenta ver no Acordo afronta à soberania nacional, que faz restrições ao fato de que não ocorrerá transferência imediata de tecnologia, que os pagamentos se darão por lançamento e não pelo “aluguel” da Base. Outros, pela mão contrária, destacam que o ingresso de valores favorecerá o desenvolvimento do nosso programa espacial, contribuirá para o bem-estar da população maranhense e para o desenvolvimento econômico da região, despertará o interesse da comunidade científica do entorno em que se localiza o centro, fortalecerá nossa indústria aeroespacial como um todo promoverá a cooperação tecnológica para fins pacíficos e prestigiará a produção de conhecimento científico no país.

Pessoalmente, não me agarro, de modo necessário, a tudo que foi dito tanto positiva quanto negativamente. Penso, no entanto, que os benefícios do Acordo, considerando nossas circunstâncias, preponderam. Depende de nosso trabalho reverter em favor do povo brasileiro a boa utilização da base de Alcântara. Não sou movido pela ilusão, mas pela crença de que é chegado o momento de aproveitarmos o fato de o Brasil ter o melhor sítio de lançamento de foguetes do planeta em termos de ângulo de lançamento e de economia de combustível. Também conhecido como a “janela brasileira para o Espaço”, o Centro de Alcântara já possui todas as instalações básicas necessárias para o que se quer.

Em suma, a entrada em vigor do ato internacional em apreço colocará o Brasil no mercado global de lançamentos de carga ao espaço. Some-se a isso a imensa oportunidade de se destravar a operação comercial de Alcântara, viabilizar a implantação da política espacial brasileira com a geração de expansão tecnológica, de desenvolvimento social e de crescimento econômico.

Por fim, para o Estado do Maranhão o AST constitui etapa decisiva para: i) atração de investimentos; ii) o desenvolvimento de uma cadeia produtiva de alto valor agregado; iii) a indução de atividades econômicas em apoio aos serviços de lançamento; iv) a formação de mão de obra especializada; v) a alavancagem do setor de serviços, incluindo o turismo, e vi) o incremento na arrecadação de impostos. Não é pouco para unidade da Federação cheia de capacidade, mas carente de recursos para o seu pleno desenvolvimento.



III – VOTO

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais constitucional, jurídico e regimental, somos pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 523, de 2019.

SF/19519.05633-23

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

**Relatório de Registro de Presença****CRE, 12/11/2019 às 11h - 61ª, Extraordinária**

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)

TITULARES	SUPLENTES
MECIAS DE JESUS	PRESENTE
JARBAS VASCONCELOS	PRESENTE
MARCIO BITTAR	PRESENTE
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA	5. VANDERLAN CARDOSO

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)

TITULARES	SUPLENTES
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE
MARA GABRILLI	1. ROBERTO ROCHA
MAJOR OLIMPIO	2. FLÁVIO BOLSONARO 3. SORAYA THRONICKE

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)

TITULARES	SUPLENTES
KÁTIA ABREU	1. ACIR GURGACZ
RANDOLFE RODRIGUES	2. FLÁVIO ARNS
ELIZIANE GAMA	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)

TITULARES	SUPLENTES
FERNANDO COLLOR	1. VAGO
JAQUES WAGNER	2. TELMÁRIO MOTA
HUMBERTO COSTA	PRESENTES

PSD

TITULARES	SUPLENTES
NELSINHO TRAD	1. AROLDE DE OLIVEIRA
ANGELO CORONEL	2. CARLOS VIANA

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)

TITULARES	SUPLENTES
CHICO RODRIGUES	1. MARCOS ROGÉRIO
ZEQUINHA MARINHO	2. MARIA DO CARMO ALVES

PODEMOS

TITULARES	SUPLENTES
MARCOS DO VAL	1. ROMÁRIO

Não Membros Presentes

FABIANO CONTARATO
IZALCI LUCAS
LUIS CARLOS HEINZE
EDUARDO BRAGA



Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

MARCELO CASTRO
PAULO ROCHA
PAULO PAIM

DECISÃO DA COMISSÃO

(PDL 523/2019)

**REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO
QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO FAVORÁVEL À
MATÉRIA.**

12 de Novembro de 2019

Senador NELSINHO TRAD

**Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional**